



CNPJ/MF 08.336.783/0001-90

Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011



1. Apresentação

Senhores Acionistas

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc D, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, e do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas Contábeis Brasileiras (BRGAAP) e pelas normas específicas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. Perfil Empresarial

A Celesc Distribuição S.A. ("Celesc D") foi criada em 2006, a partir do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração de energia elétrica, conforme prevê a atual legislação do Setor Elétrico Brasileiro, na forma de subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc. Em 31 de dezembro de 2012, seu Capital Social totalizava R\$1.053.589.576,90 (um bilhão, cinquenta e três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa centavos) e era composto por 630.000.000 (seiscentos e trinta milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Com presença consolidada entre as melhores do setor elétrico do País, a subsidiária da *holding* responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica é a 2^a maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina e a 7^a maior distribuidora de energia elétrica brasileira em volume de receita de fornecimento, a 7^a em volume de energia distribuída e a 10^a em número de unidades consumidoras.

A área de concessão da Celesc D corresponde a 92% do estado de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 262 dos 293 municípios catarinenses e no município de Rio Negro, no estado do Paraná, onde atende a mais de 2,5 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

Em 2012, a Celesc D distribuiu mais de 21 mil GWh, volume correspondente a 4,4% do total de energia elétrica consumida no País. Seu faturamento bruto anual está na casa dos R\$6,8 bilhões.

3. Cenário Econômico

O ano de 2012 caracterizou-se como mais um ano desafiador para a economia nacional. Sob o impacto do arrefecimento da economia europeia, da lenta retomada da economia americana e da invasão de produtos importados dos países asiáticos, com destaque para os chineses, o Brasil registrou Produto Interno Bruto – PIB de 0,9%, resultado bastante inferior ao crescimento de 2,9% em 2011 e um recuo considerável, se comparado aos 7,5% em 2010.

Diante deste cenário, a expansão industrial se deu por conta do consumo interno, ainda aquecido pela facilidade de acesso ao crédito, redução da taxa de juros e aumento da renda real das famílias e da condição próxima de pleno emprego, alcançada no País. A situação favorece a aquisição de eletrodomésticos e o aumento de consumo de energia elétrica.

A indústria de Santa Catarina manteve-se em linha com os padrões nacionais e encerrou o ano com fraco desempenho nos principais indicadores do setor. A atividade com melhor desempenho foi máquinas e equipamentos, com alta de 16,5%, impulsionada pela redução do IPI para a linha branca. O desempenho no ano ainda foi positivamente influenciado pela construção civil, que também aqueceu o comércio varejista em Santa Catarina.

4. Ambiente Regulatório

O ano foi de instabilidade para o Setor Elétrico, principalmente diante do estabelecimento de novas regras para a renovação das concessões, que foram divulgadas por meio da Medida Provisória – MP nº 579, de 11 de setembro de 2012.

A MP ofereceu, às concessionárias, a possibilidade da prorrogação antecipada dos contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com vencimento entre 2015 e 2017 mediante condições específicas. Com o viés de estimular o desenvolvimento econômico, a MP estabelece que as tarifas de geração e transmissão passem a ser 100% reguladas pelo Governo Federal, a exemplo do que já se pratica na área da distribuição de energia elétrica, em detrimento ao modelo de livre concorrência.

Em 2012, a Celesc D concluiu o seu terceiro ciclo de revisão tarifária. Após intenso trabalho de levantamento de informações e de documentos necessários para atender às exigências protocolares, a ANEEL autorizou o índice de reajuste da tarifa de energia elétrica a ser praticada pela Celesc D, que entrou em vigor no dia 7 de agosto. Em média as tarifas de energia sofreram redução de 0,32%.

5. Desempenho do Mercado

5.1. Distribuição de Energia Elétrica

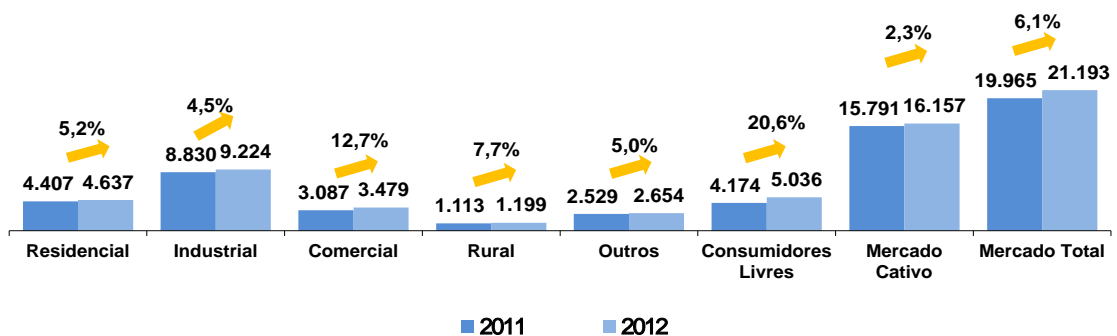
O volume de energia elétrica distribuída pela Celesc D somou 21.205 GWh (mercado cativo + livre) em 2012, registrando crescimento de 6,1% em relação a 2011. No período, as três principais classes de consumo (industrial, residencial e comercial, que respondem por 80% do consumo total), apresentaram desempenho bastante superior ao do exercício de 2011.

O resultado é explicado em parte pela baixa base comparativa, uma vez que na relação 2011/2010 a variação do consumo havia sido de apenas 2,3%, mas é importante destacar alguns fatos. No ano, registrou-se o crescimento de 6,3% no número de indústrias instaladas na área de concessão, com a instalação de empreendimentos de grande porte e eletrointensivos. Na classe comercial, o incremento foi de 12,7% reflete o dinamismo do setor nos últimos anos, com abertura de grandes centros de compras em diversas cidades no Estado. Na classe residencial, o que se observa é que o perfil do consumo vem se modificando nos últimos tempos com o maior poder aquisitivo da população, associado à ocorrência de temperaturas mais elevadas.

No ambiente do mercado livre, fortalecido pelas migrações do mercado cativo, o consumo no ano foi de 5.036 GWh, com crescimento de 20,6% no comparativo com 2011. No outro lado, o mercado cativo reportou incremento de 2,3%, com consumo de 16.157 GWh. Do mercado total atendido pela Celesc D, no quarto trimestre de 2012, o mercado cativo representou 74,9% e os clientes livres representaram 25,1%. No ano, o número de unidades consumidoras passou de 2.427.766 para 2.503.976, registrando crescimento de 3,4%, dentro da média dos últimos anos.

O gráfico abaixo auxilia na ilustração dos dados de consumo na área atendida pela Celesc D, sem considerar o consumo próprio:

Consumo de Energia (GWh)



6. Investimentos em Distribuição de Energia Elétrica

O volume de investimentos da Celesc D em 2012 chegou a R\$353.168 mil ante R\$352.953 milhões em 2011. Este montante foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão.

6.1. Expansão do Sistema

Para atender ao crescimento de mercado bem como os índices de qualidade impostos pela ANEEL, em 2012 o sistema elétrico de distribuição recebeu investimentos da ordem de R\$180,0 milhões. Entre as obras concluídas no ano, destaque para a construção da subestação Treze Tílias (9,4 MVA) e quatro linhas de distribuição, entre as subestações Lages Rede Básica e Ponte Alta, com 31,7 km de extensão; Curitibaanos – São Cristóvão, com 9,2 km; Joinville Santa Catarina – São Francisco do Sul, com 4,4 km, e Vidal Ramos Júnior – Klabin, com 2,4 km. Também foram ampliadas as subestações Roçado (mais 14 MVA), Guaramirim (14 MVA), Catanduvas (26 MVA), Videira (14MVA) e Ipumirim (10 MVA). Em 31 de dezembro, ainda estavam em construção, contratadas ou em licitação, outras seis linhas de transmissão e sete subestações.

Nos programas de melhoria e ampliação das redes de média e baixa tensão e construção de alimentadores foram realizadas mais de 12.800 obras. Com o objetivo de reforçar ações preventivas, foram intensificadas as ações de manutenção do sistema elétrico, com um aumento de 19,5% do orçamento operacional anual para manutenção das redes de distribuição, recuperação de transformadores, serviços de poda e roçada, melhoria e limpeza das subestações.

Por meio do Programa de Universalização do Atendimento, mais de 2.500 famílias passaram a contar com os confortos proporcionados pela energia elétrica na área rural em 2012, com a construção de mais de 300 quilômetros de redes de distribuição. O total de investimentos na rubrica, no ano, foi de R\$ 9,7 milhões.

6.2. Automação

Investimentos de mais de R\$10 milhões foram realizados na automação da rede de distribuição, incluindo a aquisição de 400 religadores. O monitoramento e o controle remoto desses equipamentos permitirão reduzir o impacto das ocorrências na rede, e também aumentar a recursividade do sistema, permitindo atender a uma mesma localidade por meio de dois circuitos diferentes, garantindo melhor condição de atendimento aos consumidores, reduzindo frequência e duração de desligamentos programados ou acidentais.

Destaque para a inauguração, em 2012, do Centro de Operação da Medição – COM, um dos mais modernos da América Latina. O sistema permite monitoramento on line dos medidores de energia do Grupo A, que recebem energia em alta tensão, e detectar fraudes em tempo real. Com a nova estrutura, que recebeu R\$ 280mil em investimentos, o trabalho de medição, antes executado por 240 profissionais, passou a exigir apenas 15, possibilitando o remanejamento de pessoas para outras atividades corporativas, eficientizando o processo de medição, auxiliando no combate a inadimplência, a recuperação de receitas e no controle do fluxo de caixa.

6.3. Novas tecnologias

Todos os 970 veículos das Agências Regionais e da Administração Central terão implantados, ainda no primeiro trimestre de 2013, os Boletim de Utilização Veicular – BUV. O sistema registra informações relacionadas às viagens feitas com cada carro, como tempo de condução, distância percorrida, acelerações bruscas, velocidade máxima e trajeto utilizado. Essas informações são enviadas em tempo real, via GPRS, a um sistema que pode ser acessado remotamente pela internet.

Em 2012, a Celesc D também deu continuidade à instalação do sistema de despacho móvel, com a utilização de rádios digitais, que permite a emissão e recepção de dados entre o Centro de Operação do Sistema e as viaturas em campo, agilizando o atendimento de emergência. Os veículos também estão sendo equipados com aparelhos GPS – sistema de localização via satélite, especialmente programados para localizar pontos específicos do sistema elétrico, como transformadores, chaves e números de unidades consumidoras, e traçar a rota mais eficiente até o local. No ano, os investimentos para o sistema somaram cerca de R\$1,3 milhão.

6.4. Eficiência Energética

Em 2012 foram investidos R\$36,0 milhões para viabilizar ações de eficiência energética. Estimativas apontam que as ações desenvolvidas em 2012 deverão gerar redução de 11.483,15 MWh/ano, o equivalente ao consumo mensal de 58.456 residências, e beneficiaram, principalmente, comunidades de baixo poder aquisitivo e hospitais filantrópicos, por meio dos seguintes projetos:

- ✓ PEE Baixa Renda “Sou Legal, Tô Ligado” – Substituição de lâmpadas, Sistema de aquecimento solar, regularização de padrão de entrada e reforma nas instalações elétricas para comunidades de baixo poder aquisitivo: 42 mil famílias beneficiadas.
- ✓ PEE Baixa Renda “Calamidade Pública” – Substituição de refrigeradores e sistemas de aquecimento solar em municípios afetados pelas chuvas em 2008: 3 mil famílias beneficiadas.
- ✓ PEE Hospitais Filantrópicos - Substituição de refrigeradores, sistemas de iluminação, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar em hospitais; 32 entidades beneficiadas.
- ✓ PEE Baixo Poder Aquisitivo “COHAB” – Substituição de lâmpadas e instalação de sistemas de aquecimento solar em conjuntos habitacionais da COHAB: 35.000 famílias beneficiadas.
- ✓ PEE Baixo Poder Aquisitivo “Celesc na sua Casa” – Substituição de lâmpadas e aquisição de dois micro-ônibus: 15 mil famílias beneficiadas.
- ✓ PEE “Banho de Sol 4” – Instalação de sistema de aquecimento solar em instituições sem fins lucrativos: 116 entidades beneficiadas.
- ✓ PEE “Bônus Eficiente” – Substituição de refrigeradores, freezers e condicionadores de ar antigos por equipamentos eficientes, com selo A do Procel: 28 mil consumidores residenciais beneficiadas.
- ✓ PEE Baixa Renda “Energia do Bem” – Substituição de lâmpadas, sistema de aquecimento solar e refrigeradores para consumidores com tarifa social: 38 mil famílias beneficiadas.

6.5. Capacitação Profissional

Em 2012, a Celesc D registrou o volume de 14.985 participações em treinamentos internos e externos. O número total de horas/homem de treinamento foi de 83.251.

O investimento em capacitação somou R\$1,7 milhão e as ações desenvolvidas pelo programa são de caráter Empresarial, cujos valores são a economicidade, a relação custo-benefício e o retorno em qualidade e produtividade, salvo as exigências legais.

Destaque, no ano, para a realização do Rodeio de Eletricistas, estratégia inédita de consolidação da segurança em âmbito corporativo, que reuniu eletricistas e demais profissionais da Celesc D e de Empresas terceirizadas de todo o Estado, em prol de uma das maiores causas do Setor Elétrico. Na Agência Regional de Mafra, no norte do Estado, foi realizada a 1ª Rodada Sul Brasileira da Prova de Colocação de EPI com olhos vendados. A prova teve a participação de eletricistas representantes da CEEE, concessionária gaúcha, e da Copel, do Paraná. No Rio de Janeiro, em outubro, quatro equipes de eletricistas da Celesc D participaram do 4º Rodeio Nacional de Eletricistas.

6.6. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e de mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc D tem investido predominantemente no seu principal foco de negócio: a Distribuição de Energia Elétrica, que absorve 21,59% dos seus recursos. Atualmente, estão em desenvolvimento 28 projetos pesquisas, que movimentam R\$38,6 milhões. Outros 62 projetos estão em fase de seleção.

Com relação aos projetos em execução, 21,59% concentram-se em Distribuição de Energia Elétrica; 13,77% em Eficiência Energética; 12,09% em Pesquisa Estratégica; 11,47% em Qualidade; 11,39% em Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas Elétricos; 11,39% em Energia Renovável; 10,08% em Transmissão de Dados por Redes Elétricas; 5,54% em Geração de Energia Elétrica e 2,69% em Medição.

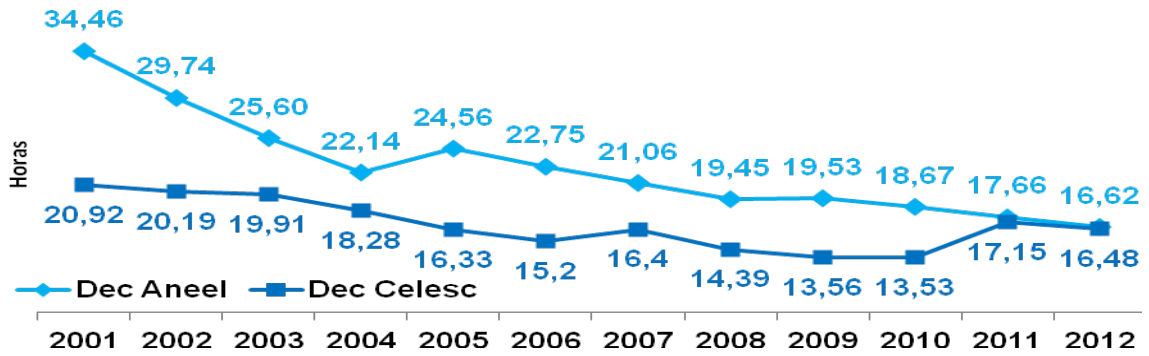
Para o próximo ano, além das temáticas habitualmente partícipes, o objetivo é a busca de projetos ligados a questões de sustentabilidade, nanotecnologia, monitoramento da qualidade de energia e eventos climáticos.

6.7. Desempenho dos Indicadores de Eficiência

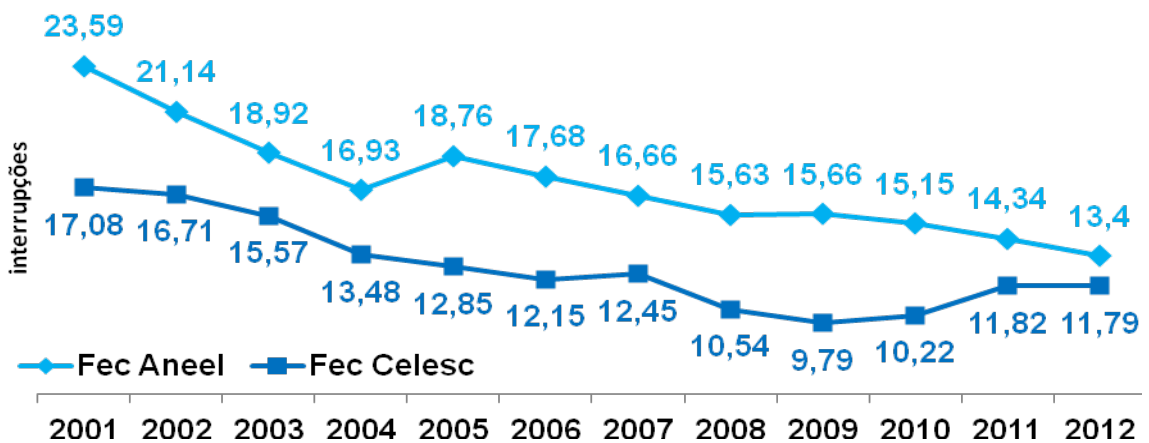
Em um ano marcado por condições climáticas adversas, com grande número de ocorrências causadas por temporais, a boa performance dos indicadores foi fortemente influenciada por ações gerenciais que, com intervenções mais efetivas no sistema (com o melhor aproveitamento dos desligamentos programados), possibilitaram a realização de serviços de manutenção e obras de melhoria sem impactar negativamente no indicador.

Os indicadores de eficiência do sistema apresentaram melhora em relação ao exercício de 2011. O índice de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D no acumulado do ano foi de 16,48 horas, 3,9% abaixo do verificado no ano de 2011. Neste mesmo período, a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC apresentou queda de 0,3%, representando 11,79 interrupções no ano de 2012.

DEC (h/ano)



FEC (x/consumidor)

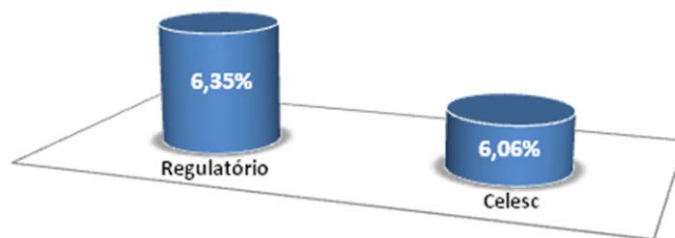


6.8. Perdas na Distribuição

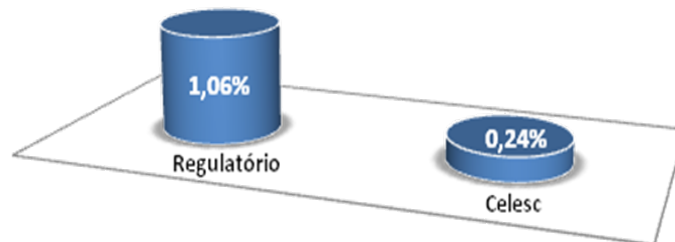
De acordo com a última revisão tarifária periódica da Celesc D a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,40% (ante 7,73% do ciclo anterior). Desse total, 6,35% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,05% às perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2012, as perdas globais representaram 6,98% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,05% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2010) e 0,93% correspondentes às perdas não técnicas.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Companhia:

Perdas Técnicas (últimos 12 meses)*



Perdas Não Técnicas (últimos 12 meses)*



7. Desempenho Econômico Financeiro da Celesc D em 2012

No exercício de 2012, a Celesc D apresentou prejuízo de R\$135.659 mil, valor (147,2%), menor que o Lucro registrado em 2011 (R\$287.411 mil). Este decréscimo deveu-se principalmente pelo reconhecimento contábil do Programa de Demissão Voluntária – PDV no valor de R\$290,0 milhões, da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD das Têxteis R\$79,2 milhões e do acréscimo do valor da energia comprada para revenda, 40,5% maior que o mesmo período de 2011.

As principais informações financeiras são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiro (R\$mil)	2012	2011	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	6.830.058	6.373.810	7,2%
Receita Operacional Líquida – ROL	4.348.617	4.031.621	7,9%
Resultado das Atividades	(400.672)	399.020	-200,4%
EBITDA	(248.634)	542.052	-145,9%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	-5,7%	13,4%	-19,1 p.p
Margem Líquida (LL/ROL)	-3,1%	7,1%	-10,2 p.p
Resultado Financeiro	200.327	3.531	5.573,4%
Ativo Total	4.665.693	4.497.271	3,7%
Patrimônio Líquido – PL	1.342.956	1.484.443	-9,5%
Lucro Líquido	(135.659)	287.411	-147,2%

p.p – Pontos Percentuais

O Celesc D encerrou o exercício de 2012 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$6.830.058 mil superior 7,2% em relação a 2011 (R\$6.373.810 mil), enquanto a Receita Operacional Líquida evoluiu 7,9%, no ano de 2012 foi R\$4.348.617 mil e no ano de 2011 R\$4.031.621 mil.

O EBITDA no exercício de 2012 atingiu negativamente (R\$248.634 mil) e a Margem EBITDA passou de 13,4% em 2011 para -5,7% em 2012.

A movimentação do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2012	2011
Lucro (prejuízo) líquido	(135.659)	287.411
IR e CSLL corrente e diferido	(64.686)	115.140
Resultado Financeiro	(200.327)	(3.531)
Depreciação e amortização	152.038	143.032
EBITDA	(248.634)	542.052

8. Desempenho Social

A Celesc D assume responsabilidades com seus parceiros e com as comunidades em que atua e quer ser uma organização empresarial ativa no fomento ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, inclui princípios e valores de responsabilidade social no relacionamento com as partes interessadas: acionistas, força de trabalho, fornecedores, comunidades em que está inserida e instituições parceiras.

A Celesc D presta seu apoio e realiza ações nas áreas de educação ambiental, diversidades, eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento, geração de trabalho e renda, iniciativas de incentivo ao uso de fontes alternativas, disseminação de práticas sociais responsáveis em toda a cadeia produtiva e apoio à cultura, esporte, turismo e primeira infância.



Em 2012, após amplo processo de revisão, a Celesc D finalizou sua nova Política de Responsabilidade Social, aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Política foi construída coletivamente, por meio de consulta pública interna e externa, e está embasada nos princípios da ISO 26000, norma internacional de Responsabilidade Social que exige respeito aos Direitos Humanos (Patrimônio Humano), Comportamento Ético, Prestação de Contas (*Accountability*), Transparência, Respeito pelos Interesses das Partes Interessadas, Respeito ao Estado de Direito e Respeito às Normas Internacionais de Comportamento.

Como destaque entre as ações, em novembro, a Celesc D realizou o II Simpósio Estadual Objetivos do Milênio, em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e com o Movimento Nacional Nós Podemos, que em Santa Catarina é integrado por 76 organizações. Além dos debates, foi realizada a certificação pelo Movimento Nós Podemos/SC de mais 33 Celesc Ds que têm projetos associados aos Objetivos. No último ano, a Celesc D apoiou a formação de comitês municipais em Criciúma, Sombrio, Lages e São Joaquim.

9. Desempenho Meio Ambiente

Ciente da complexidade que a dimensão ambiental representa para a sustentabilidade de seu negócio, a Celesc tem centrado esforços para a passagem do patamar da conformidade ambiental legal para aquele da conformidade normativa.

Em 2012, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei 12.305/2010, lançou o seu Plano de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS, para adequar todas as unidades administrativas da Celesc D.

Em dezembro, a Celesc D recebeu notificações de órgãos ambientais e estaduais em decorrência de vazamento de óleo mineral isolante com suspeita de contaminação por material tóxico, em uma Subestação Didática localizada no antigo Centro de Treinamento no Bairro Tapera, em Florianópolis.

Independentemente de responsabilidades pela ocorrência, a Celesc D tomou todas as providências para a mitigação dos impactos ambientais. Assim que foi informada sobre a ocorrência, a companhia atuou imediatamente na mitigação dos problemas e não se furtou em nenhum momento a assegurar as ações necessárias para minimizar os seus impactos. O evento ocorrido não se deu por falha nos equipamentos ou por falta de manutenção, mas, sim, por um ato de vandalismo, devidamente registrado em boletim de ocorrência.

Após ter sido informada pelo órgão ambiental estadual, (Fundação do Meio Ambiente – FATMA) sobre o vazamento, no dia 19 de dezembro, enviou sua equipe de meio ambiente para avaliação dos danos e a adoção de medidas de contenção. A primeira etapa dos trabalhos ocorreu entre os dias 21 e 27 de dezembro, com a remoção do efluente sobrenadante (água e óleo).



Desde então, a Celesc D mantém monitoramento contínuo da área e instalou barreiras absorventes para coleta e contenção de qualquer resquício de óleo remanescente. Também foram executadas medidas emergenciais solicitadas pelos órgãos ambientais para conter qualquer possibilidade de que a eventual contaminação se estenda para áreas de cultivo de maricultura e extrativismo, como a execução de um canal para desvio de águas pluviais. A Celesc D providenciou, ainda, o isolamento da área, o reforço da segurança do local e o desmonte da subestação, como medidas preparatórias para as ações de recuperação.

Em consequência do vazamento, o órgão ambiental estadual determinou o embargo preventivo e temporário da produção de maricultura e extrativismo nas proximidades da área do evento. A Celesc D vem ressarcindo financeiramente os produtores da área atingida pelo embargo, visando minimizar o impacto socioeconômico.

Laudo da Universidade de São Paulo – USP, providenciado pelos órgãos de controle de sanidade animal, e um estudo matemático de dispersão do óleo apontam que a extensão da área afetada não alcança as águas de marinha, sedimentos e moluscos, sendo coletadas novas amostras em uma extensa malha para confirmar a inexistência de contaminação.

O Plano de Recuperação da Área Degradada está sendo concluído para encaminhamento aos órgãos ambientais, devendo ser executado imediatamente após obtido o licenciamento necessário.

10. Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pela Controladora.

É composta pelo presidente e sete diretores para mandatos de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o presidente é também membro do Conselho de Administração da Controladora.

Composição da Diretoria Executiva:

Diretor Presidente	Cleverson Siewert
Diretor de Planejamento e Controle Interno	Clairton Belém da Silva
Diretor Econômico-Financeiro	José Carlos Oneda
Diretor de RI, Controle de Participações e Novos Negócios	Andre Luiz de Rezende
Diretor de Gestão Corporativa	Andre Luiz Bazzo
Diretor Comercial	Eduardo Cesconetto de Souza
Diretor de Distribuição	James Alberto Giacomazzi
Diretor de Regulação e Gestão de Energia	Antonio José Linhares

11. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por cinco membros e respectivos suplentes. Sua principal função é analisar as demonstrações financeiras e contábeis, bem como discutir tais resultados com os auditores independentes.

Composição do Conselho Fiscal:

Julio Sergio de Souza Cardozo	Representante dos Preferencialistas
Luiz Hilton Temp	Representante do Acionista Majoritário
Paulo da Paixão Borges de Andrade	Representante do Acionista Majoritário
Telma Suzana Mezia	Representante dos Minoritários Ordinário

BALANÇO SOCIAL ANUAL/ 2012
Empresa: Celesc Distribuição S.A.

1 - BASE DE CÁLCULO	2012			2011		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	4.348.617			4.031.621		
- Resultado Operacional (RO)	-200.345			402.551		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	853.713			562.239		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	23.642	2,77	0,54	23.078	4,10	0,57
- Encargos Sociais Compulsórios	108.100	12,66	2,49	106.358	18,92	2,64
- Previdência Privada	25.314	2,97	0,58	25.697	4,57	0,64
- Saúde	362	0,04	0,01	24.639	4,38	0,61
- Segurança e saúde no trabalho	2.409	0,28	0,06	2.407	0,43	0,06
- Educação	225	0,03	0,01	124	0,02	0,00
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	1.375	0,16	0,03	1.049	0,19	0,03
- Creches ou Auxílio-creche	1.111	0,13	0,03	1.057	0,19	0,03
- Participação nos Lucros ou Resultados	10.610	1,24	0,24	16.860	3,00	0,42
- Outros	80.123	9,39	1,84	55.424	9,86	1,37
Total - Indicadores Sociais Internos	253.271	29,67	5,82	256.693	45,66	6,37
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	1.914	(0,96)	0,04	1.905	0,47	0,05
- Cultura	24.857	(12,41)	0,57	42.983	10,68	1,07
- Saúde e Saneamento	378	(0,19)	0,01	5.576	1,39	0,14
- Esporte	36.659	(18,30)	0,84	62.118	15,43	1,54
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	206.772	(103,21)	4,75	221.566	55,04	5,50
- Outros	938	(0,47)	0,02	774	0,19	0,02
Total das Contribuições p/ a Sociedade	271.518	(135,53)	6,24	334.922	83,20	8,31
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1.892.613	(944,68)	43,52	1.952.637	485,07	48,43
Total - Indicadores Sociais Externos	2.164.131	(1.080,20)	49,77	2.287.559	568,27	56,74
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	35	(0,02)	0,00	421	0,10	0,01
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	150.780	(75,26)	3,47	93.918	23,33	2,33
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	150.815	(75,28)	3,47	94.339	23,44	2,34
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () não possui metas (x) cumpre de 51 a 75 %			() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
- Nº de empregados(as) ao final do período		3.525			3.634	
- Nº de admissões durante o período		52			6	
- Nº de empregados(as) terceirizados		1.574			1.953	
- Nº de estagiários(as)		153			164	
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos		2.229			2.204	
- Nº de mulheres que trabalham na empresa		603			624	
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres		24,18			22,00	
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa		119			61	
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)		1,63			0,73	
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais		31			30	
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2012			Metas 2013	
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		16,91			16,91	
- Número total de acidentes de trabalho		100			90	
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção [X] direção e gerências [] todos os empregados	[X] direção e gerências [] todos os empregados	[] todos os empregados	[] direção [X] direção e gerências [] todos os empregados	[X] direção e gerências [] todos os empregados	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[] direção e gerências [] todos os empregados	[] todos os empregados	[X] todos+ Cipa	[] direção e gerências [] todos os empregados	[X] todos+ Cipa	[] todos os empregados
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve [] segue as normas da OIT	[] não se envolve [] segue as normas da OIT	[X] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve [] segue as normas da OIT	[X] incentiva e segue a OIT	[] incentiva e segue a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção e gerências [] direção e gerências	[] direção e gerências [] direção e gerências	[X] todos os empregados	[] direção e gerências [] direção e gerências	[X] todos os empregados	[] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção e gerências [] direção e gerências	[] direção e gerências [] direção e gerências	[X] todos os empregados	[] direção e gerências [] direção e gerências	[X] todos os empregados	[] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados [X] são considerados	[X] são considerados [] são considerados	[] são exigidos	[] não são considerados [] são considerados	[] são sugeridos [X] são exigidos	[] são sugeridos [X] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve [X] apoia	[X] apoia [] organiza e incentiva	[] organiza e incentiva	[] não se envolve [] apoiará	[X] apoiará [X] organizará e incentivará	[] organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 807.313	no Procon ND	na Justiça 1.095	na Empresa 0	no Procon ND	na Justiça 500
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon ND	na Justiça 1,92%	na Empresa 100%	no Procon ND	na Justiça 10,00%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: 3.315.045			Em 2011: 3.508.969		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	78,88% governo 0% acionistas	23,13% colaboradores 2,08% terceiros	(4,09)% retido	75,06% governo 2,17% acionistas	13,63% colaboradores 3,12% terceiros	6,02% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 08.336.783/0001-90	UF: SC	Coordenação: - Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: vivianibr@celesc.com.br				
Sector Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica		Contador: - José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br CRC/ SC - 018.996/O-8				
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						



12. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc D informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

13. Agradecimentos

A Celesc D agradece ao esforço e dedicação de seus colaboradores e fornecedores, que têm papel fundamental na história de sucesso da Celesc D. Os crescentes desafios têm sido superados com apoio dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. O esforço de todos merece o reconhecimento dos consumidores e enaltece a proposta de engrandecimento da Celesc para suas ações em prol do desenvolvimento social e econômico do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de março de 2012.

A Administração

Celesc D
Balanco Patrimonial - Ativo
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante		1.257.087	1.344.899
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	127.357	369.430
Títulos e Valores Mobiliários	9	16.343	15.062
Contas a Receber de Clientes	10	984.036	844.386
Estoques		14.748	19.239
Tributos a Recuperar	12	88.841	58.228
Outros Créditos	16	25.762	38.554
Não Circulante		3.408.606	3.152.372
Ativo Indenizável – Concessão	11	2.390.674	1.943.940
Contas a Receber de Clientes	10	100.442	121.376
Tributos Diferidos	15a	406.785	408.099
Tributos a Recuperar	12	13.995	13.632
Depósitos Judiciais	21	130.734	140.305
Outros Créditos	16	2.023	1.430
Intangível	14	363.953	523.590
Total do Ativo		4.665.693	4.497.271

Celesc D
Balanco Patrimonial – Passivo
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2012	2011
Circulante		1.286.463	1.256.551
Fornecedores	17	697.676	410.377
Empréstimos e Financiamentos	18	81.064	235.162
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais		114.777	118.920
Tributos e Contribuições Sociais	19	77.640	100.745
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		-	64.671
Taxas Regulamentares	20	122.685	174.071
Previdência Privada		14.538	18.113
Passivo Atuarial	22	130.960	115.908
Outros Passivos		47.123	18.584
Não Circulante		2.036.274	1.756.277
Empréstimos e Financiamentos	18	257.046	107.929
Tributos Diferidos	15a	-	66.002
Taxas Regulamentares	20	189.184	147.841
Passivo Atuarial	22	1.169.457	949.795
Provisão para Contingências	21	418.112	482.235
Outros Passivos		2.475	2.475
Patrimônio Líquido	23	1.342.956	1.484.443
Capital Social Realizado		1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro		289.366	430.853
Total do Passivo		4.665.693	4.497.271

Celesc D
Demonstrações de Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita Operacional Líquida	25	4.348.617	4.031.621
Receita de Serviço de Energia Elétrica		4.010.560	3.691.923
Receita de Construção		338.057	339.698
Custos Operacionais	26	(3.979.562)	(3.168.381)
Custo de Serviço de Energia Elétrica		(3.641.505)	(2.828.683)
Custo de Construção		(338.057)	(339.698)
Lucro Operacional Bruto		369.055	863.240
Despesas Operacionais		(769.727)	(464.220)
Despesas com Vendas	26	(213.216)	(165.732)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(563.331)	(256.943)
Outras Despesas Operacionais	26	6.820	(41.545)
Resultado do Serviço		(400.672)	399.020
Resultado Financeiro	27	200.327	3.531
Receitas Financeiras		269.170	113.138
Despesas Financeiras		(68.843)	(109.607)
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL		(200.345)	402.551
IRPJ e CSLL	15b		
Corrente		-	(107.019)
Diferido		64.686	(8.121)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		(135.659)	287.411



Celesc D
Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(135.659)	287.411
Outros Resultados Abragentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente Total	<u><u>(135.659)</u></u>	<u><u>287.411</u></u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Celesc D
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Disposição AGO	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.048.534	42.219	177.308	-	-	1.268.061
Integralização	5.056	-	-	-	-	5.056
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	287.411	287.411
Constituição de Reserva Legal	-	14.370	-	-	(14.370)	-
Juros sobre Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	(76.085)	(76.085)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	5.828	(5.828)	-
Retenção de Lucros	-	-	191.128	-	(191.128)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.053.590	56.589	368.436	5.828	-	1.484.443
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(135.659)	(135.659)
Dividendos de 2011	-	-	-	(5.828)	-	(5.828)
Absorção de Prejuízo	-	-	(135.659)	-	135.659	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.053.590	56.589	232.777	-	-	1.342.956

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Celesc D
Demonstração do Fluxo de Caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(135.659)	287.411
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	107.019
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(64.688)	8.121
Itens que não Afetam o Caixa:	422.692	336.524
Amortização	152.038	143.032
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(154.266)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD	95.338	28.446
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(64.123)	9.872
Juros e Variações Monetárias – Líquidas	44.582	76.184
Provisão para Plano de Benefícios Pós-Emprego	349.123	78.990
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(165.581)	(109.221)
Títulos e Valores Mobiliários	53.188	(82.028)
Contas a Receber de Clientes	(214.054)	(2.462)
Estoques	4.491	(5.334)
Tributos a Recuperar	(30.976)	(25.017)
Depósitos Judiciais	9.571	(18.620)
Outros Créditos	12.199	24.240
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	156.764	(48.777)
Fornecedores	287.299	41.196
Salários e Encargos Sociais	(4.143)	(5.042)
Tributos e Contribuições Sociais	(7.664)	12.394
Taxas Regulamentares	(28.726)	38.930
Previdência Privada	(4.132)	(4.080)
Passivo Atuarial	(114.409)	(114.789)
Outros Passivos	28.539	(17.386)
Pagamentos Efetuados	(37.123)	(136.960)
Juros Pagos	(21.682)	(19.270)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(15.441)	(117.690)
Total das Atividades Operacionais	176.405	444.117
Atividades de Investimentos	(339.338)	(203.121)
Aquisição de Bens da Concessão	(345.656)	(248.665)
Juros Recebidos	(1.281)	136.577
Intangível	7.599	(91.033)
Atividades de Financiamento	(79.140)	(44.157)
Ingressos de Recursos	255.897	110.528
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(264.538)	(103.453)
Integralização de Capital	-	5.056
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – JCP	(70.499)	(56.288)
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalente de Caixa	(242.073)	196.839
Saldo Inicial	369.430	172.591
Saldo Final	127.357	369.430
	(242.073)	196.839

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

1. Contexto Operacional

A Celesc Distribuição S.A. (“Celesc D”), constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc D tem por objetivo: I - executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; II - realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; III - planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; IV - operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; V - cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, e; VI - desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica, e infra-estrutura de serviços públicos.

A Celesc D é uma entidade domiciliada no Brasil com endereço na Avenida Itamaraty, 160, Bloco A1, B1 e B2, Bairro Itacorubi, CEP 88034-900, Florianópolis, SC.

2. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

2.1. Da Concessão

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o Contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, de 22 de julho de 1999 o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica . A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados.

Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações

vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador. Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo indenizável e ativo intangível. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada cinco anos.

Conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 56, de 22 de julho 1999, na sua Cláusula Terceira o prazo para concessão de distribuição de energia elétrica vigorará até 07 de julho de 2015 para distribuição de energia elétrica em 92% do território catarinense e do município Rio Negro/PR.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP no 579. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas. Em 11 de janeiro de 2013, a MP nº 579 foi convertida na Lei Federal nº 12.783.

Conforme noticiado pelo Governo Federal, a medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (a) Eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;
- (b) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a MP nº 579 prevê a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013. É previsto também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Ademais, a medida provisória estabelece que quando da renovação as concessões de distribuição, geração e transmissão haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.



A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

A redução da tarifa em função da MP nº 579 não se espera trazer impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações afetarão somente o custo de compra e transporte de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

3. Base de Preparação

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliário – CVM, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2013.

Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto para ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida com o resultado do exercício.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo.

3.2.1 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição,

as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

a) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

c) Contingências

A Companhia atualmente está envolvido em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, como descrito na Nota 21. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

4. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

4.1. Instrumentos Financeiros

4.1.1. Classificação

A Celesc D classifica seus Ativos Financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado;
- Empréstimos e Recebíveis; e
- Disponível para venda.

A classificação depende da finalidade para a qual os Ativos Financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus Ativos Financeiros no reconhecimento inicial.

Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são Ativos Financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como Ativo Circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos e recebíveis que são Ativos Financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

São incluídos como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como Ativo Não Circulante).

Os empréstimos e recebíveis da Celesc D compreendem:

- Contas a Receber de Clientes;
- Demais Contas a Receber e Caixa e Equivalentes de Caixa.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Disponíveis para Venda

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

4.1.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Caso o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções com o máximo de informações geradas pelo mercado e o mínimo de informações geradas pela administração da própria entidade.

Com essa análise a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado, tal valor é retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

4.1.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o Ativo e liquidar o Passivo simultaneamente.

4.1.4. Impairment de Ativos Financeiros

Ativos Mensurados ao Custo Amortizado

A Celesc D avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou o grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um Ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Celesc D usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de Ativos Financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os Ativos Financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Celesc D avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos Ativos Financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na Demonstração do Resultado.

Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) acima para avaliar a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.3. Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada. As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD.

A PCLD é estabelecida quando existe uma evidencia objetiva de que a Celesc D não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tal estimativa vai ao encontro do estabelecido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

As contas a receber decorrentes de parcelamentos de créditos derivados da venda de energia estão registradas acrescidas de encargos financeiros, calculados até a data da negociação conforme determina a ANEEL. Os valores vencidos estão deduzidos por provisão de acordo com a classe de consumo.

4.4. Estoques

O Estoque refere-se a materiais destinados à manutenção das operações, classificado no Ativo Circulante e contabilizado pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

4.5. Depósitos Judiciais

Refere-se a depósitos em espécie a disposição do juízo como forma de garantia nos processos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios. Estes depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate de depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

4.6. Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.



É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579 (convertida na Lei 12.783/2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo VNR (valor novo de reposição), o qual foi homologado pela ANEEL no 3º ciclo de revisão tarifária, finalizado em agosto de 2012. Salienta-se que a revisão tarifária da Celesc D ocorre a cada 5 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR (valor novo de reposição) depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração.

4.7. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no Patrimônio Líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Celesc D nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos Ativos e Passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, não ocorrerá sua contabilização se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetou o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço devendo ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O Imposto de Renda Diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Celesc D, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O Imposto de Renda Diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o Imposto de Renda Diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

4.8. Intangíveis

Os Intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

- Valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01.
- As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas Demonstrações Financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

4.8.1. Softwares

Licenças adquiridas de programas de computador capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados à *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Celesc D e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como Ativos Intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos empregados da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

4.8.2. Contrato de Concessão

A infraestrutura de distribuição de energia elétrica utilizada pela Celesc D, sujeita a acordo de concessão de serviço é considerada para ser controlada pelas entidades concedentes quando:

- A entidade concedente controla ou regulamenta quais serviços a concessionária deve prestar com a infraestrutura, a quem deve ser prestado o serviço e o seu preço;
- A entidade concedente controla, por meio da titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão; Os direitos sobre as infraestruturas operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando a Celesc D tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura na prestação de serviços, e os consumidores têm a responsabilidade de pagar pelos serviços da Celesc D.



O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os Ativos Intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os Ativos Intangíveis e outros Ativos não Circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

4.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de Energia Elétrica, Encargos de Uso da Rede Elétrica, Materiais e Serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivo Circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxas de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.11. Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na Demonstração do Resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os Empréstimos e Financiamentos são classificados como Passivo Circulante, a menos que a Celesc D tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço Patrimonial.

4.12. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as transações e outros eventos são contabilizados e divulgados de acordo com sua essência e realidade econômica. Desta forma, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo, de acordo com a posição o Ofício Circular nº 01, de 22 de fevereiro de 2006, da CVM/SNC/SEP.

4.13. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP

O Estatuto Social da Celesc D no Capítulo V, artigo 32, parágrafo 1º, estabelece que, do Lucro Líquido do exercício serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios para acionistas, podendo ser imputados a esse, o pagamento de Juros sobre Capital Próprio – JCP. O benefício fiscal dos JCP é reconhecido diretamente no resultado.

São reconhecidos como passivos no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Celesc D. Desta forma, a provisão é registrada no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

4.14. Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão – RGR

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica, limitado a 3% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível – CCC

Parcela da receita paga pelas distribuidoras nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL, para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE

O ECE foi instituído pela Lei Federal nº 10.438, de 26 abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas instaladas no país para gerar energia em caso de risco de desabastecimento.

4.15. Passivo Atuarial

4.15.1. Previdência Privada

A Celesc D está na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes, representados basicamente, pelos seus empregados.

O Passivo Atuarial relacionado ao plano Benefício Definido da Celos é o valor presente da obrigação do Benefício Definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de Benefício Definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o Método de Crédito Unitário Projetado.

A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e perdas atuariais acumulados, apurados anualmente, que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (“corredor”), não são reconhecidos no passivo e resultado da Companhia ao final de cada exercício, momento em que são originados. Os ganhos e perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidos no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

Para o plano de Contribuição Definida, a Celesc D paga contribuições a planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Celesc D não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

4.15.2. Benefícios Pós-Emprego

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.



A Celesc D oferece aos seus empregados, aposentados e pensionistas, benefícios de plano de saúde. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, utilizando-se uma metodologia contábil semelhante à do plano de Benefício Definido.

A Celesc D oferece também outros benefícios tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria que são pagos sempre que o vínculo empregatício do empregado é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

4.16. Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Celesc D e seus empregados.

4.17. Provisões para Contingências

A Celesc D é citada em diversos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. De acordo com a Superintendência Jurídica da Celesc D e de seus consultores jurídicos externos, existe possibilidade de desfecho negativo em diversos desses processos, considerados como perdas prováveis para os quais foram constituídas provisões.

4.18. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (Ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (Passivos).

4.19. Reconhecimento de Receita

A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida e não faturada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Receita é reconhecida quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades descritas a seguir:

4.19.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

4.19.2. Disponibilidade da Rede Elétrica

Destina-se à contabilização das receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição, por meio de suas atividades.

4.19.3. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor (cooperativas), bem como dos ajustes e adicionais específicos.

4.19.4. Receita de Construção

Destina-se a contabilização da Receita de Construção de infraestrutura proveniente do contrato de concessão, sendo esta reconhecida tomando como base a proporção do trabalho realizado. A margem de construção adotada pela Celesc D é igual a zero em virtude da Celesc D terceirizar a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

4.19.5. Receita Financeira

A Receita Financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.20. Custos e Despesas

Os custos e as despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Gestão de Riscos Financeiros

5.1. Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Celesc D expõem a diversos riscos financeiros: Risco de Mercado (incluindo risco de moeda, de taxas de juros de valor justo, de taxas de juros de fluxo de caixa e de preço), Risco de Crédito e Risco de Liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Celesc D

5.2. Risco de Mercado

5.2.1. Risco Cambial

A Celesc D não possui Contas a Receber, Empréstimos ou Financiamentos em moedas estrangeiras.

5.2.2. Riscos de Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Celesc D incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. A Celesc D não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a esse risco.

5.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Celesc D incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Celesc D monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido a grande pulverização do carteira.

5.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na área operacional da Celesc D pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Celesc D para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais.

5.5. Riscos Operacionais

5.5.1. Risco Quanto a Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado, um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

5.5.2. Risco de Não Prorrogação da Concessão

A Celesc D possui concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica até 07 de julho de 2015 e tem a expectativa de que esta seja prorrogada pelo poder concedente. Caso a concessão não seja prorrogada a Celesc D será indenizada pelos investimentos ainda não amortizados.

5.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc D ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc D para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc D pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital ao acionista.

Condizente com outras Celesc Ds do setor, a Celesc D monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo Empréstimos de Curto e Longo Prazo, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa). O capital total é apurado pela soma do Patrimônio Líquido, com a dívida líquida.

5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos.

A Celesc D aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- a) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos Nível 1.
- b) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços, Nível 2.

A tabela a seguir apresenta os ativos da Celesc D mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. A Celesc D não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	16.343	80.847	2.390.674
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	-	80.847	-
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	-
Ativo Indenizável - Concessão	-	-	2.390.674

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Celesc D é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

6. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela abaixo apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2012

	31/12/2012			
Descrição	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Financiamentos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Total
Ativo	16.343	1.211.835	2.392.697	3.620.875
Caixa e Bancos	-	46.510	-	46.510
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	-	80.847	-	80.847
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	-	16.343
Ativo Indenizável (concessão)	-	-	2.390.674	2.390.674
Outros	-	-	2.023	2.023
Contas a Receber	-	1.084.478	-	1.084.478
Passivo	-	1.035.786	-	1.035.786
Empréstimos e Financiamentos	-	338.110	-	338.110
Fornecedores	-	697.676	-	697.676

A tabela abaixo apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2011.

31/12/2011				
Descrição	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Financiamentos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Total
Ativo	15.062	1.335.192	1.945.370	3.295.624
Caixa e Bancos	-	24.742	-	24.742
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	-	344.688	-	344.688
Títulos e Valores Mobiliários	15.062	-	-	15.062
Ativo Indenizável (concessão)	-	-	1.943.940	1.943.940
Outros	-	-	1.430	1.430
Contas a Receber	-	965.762	-	965.762
	-	-	-	-
Passivo	-	753.468	-	753.468
Empréstimos e Financiamentos	-	343.091	-	343.091
Fornecedores	-	410.377	-	410.377

7. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	2012	2011
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 - Clientes com Arrecadação no Vencimento	553.567	447.264
Grupo 2 - Clientes com média de atraso entre 1 e 30 dias no ultimo ano	396.903	360.303
Grupo 3 - Clientes com média de atraso entre 31 e 90 dias no último ano	91.158	82.838
Grupo 4 - Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano	512.088	453.939
	1.553.716	1.344.344

Todos os demais Ativos Financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas-correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2012	2011
Recursos em Banco e em Caixa	46.510	24.742
Aplicações de Liquidez Imediata (*)	80.847	344.688
	127.357	369.430

(*) As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDB, remunerados em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. Títulos, Valores Mobiliários

Descrição	2012	2011
Mantidos para negociação		
Títulos públicos	16.343	15.062
	16.343	15.062

10. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2012	2011
Consumidores	709.567	135.864	489.031	1.334.462	1.271.097
Residencial	191.099	61.491	71.909	324.499	303.674
Industrial	297.677	40.479	295.626	633.782	627.042
Comercial	137.820	24.814	64.156	226.790	197.461
Rural	29.747	5.289	9.003	44.039	41.224
Poder Público	26.984	3.319	32.616	62.919	62.266
Iluminação Pública	14.625	420	14.773	29.818	28.511
Serviço Público	11.615	52	948	12.615	10.919
Suprimento a Outras Concessionárias	195.304	7.484	16.466	219.254	73.247
Concessionárias e Permissionárias	48.531	2.207	2.630	53.368	53.735
Energia Elétrica Curto Prazo	150.585	-	-	150.585	-
Outros Créditos	(3.812)	5.277	13.836	15.301	19.512
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa – PCLD				(469.238)	(378.582)
				1.084.478	965.762
Circulante				984.036	844.386
Não Circulante				100.442	121.376

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A composição da PCLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	2012	2011
Consumidores	469.238	378.582
Residencial	71.900	69.184
Industrial	184.279	175.357
Têxtil (a)	96.131	18.231
Comercial	60.154	55.529
Rural	5.682	5.154
Poder Público	32.417	33.484
Iluminação Pública	13.779	13.209
Serviço Público	934	925
Concessionárias e Permissionárias	488	1.454
Outros	3.474	6.055

Segue a movimentação da PCLD:

	<u>Montante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>350.136</u>
Provisão Constituída no Período	53.724
Baixas de Contas a Receber	(25.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>378.582</u>
Provisão Constituída no Período	102.999
Baixas de Contas a Receber	(12.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>469.238</u>

(a) Provisão Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou plano de ação de recuperação de débitos para Celesc Ds do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. e TEKA – Tecelagem Kuehnrich

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial E com base na probabilidade de recuperação desse valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas Celesc Ds.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial, demonstrando capacidade de pagamento do débito que possui com a Celesc D. Dessa forma, a Companhia constituiu provisão para este parcelamento apenas no valor de R\$3.992. O total do parcelamento desta Companhia é de R\$ 42.992.

Ainda em 2012, a Tecelagem Kuehnrich – TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constitui provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Celesc D, no montante de R\$57.020.

11. Ativo Indenizável – Concessões

Descrição	2012	2011
Recebíveis		
Ativo Indenizável – Concessão	2.390.674	1.943.940
	2.390.674	1.943.940

Os contratos de concessão de distribuição da Celesc D estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões.

Refere-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), ou seja, a Celesc D possui o direito incondicional de ser indenizada no final da concessão pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa conforme previstos em contrato.

Abaixo segue a movimentação do saldo no exercício:

Saldo Inicial	1.943.940
(+) Novas aplicações	325.819
(-) Resgate	(33.352)
(+) Ajuste VNR	<u>154.267</u>
Saldo final	<u><u>2.390.674</u></u>

12. Tributos a Recuperar

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ICMS	47.688	46.491
PIS/COFINS	2.039	372
IRPJ e CSLL	50.855	23.196
Outros	<u>2.254</u>	<u>1.801</u>
	<u><u>102.836</u></u>	<u><u>71.860</u></u>
Circulante	<u><u>88.841</u></u>	<u><u>58.228</u></u>
Não Circulante	<u><u>13.995</u></u>	<u><u>13.632</u></u>

- Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS
- Programa de Integração Social – PIS
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

13. Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Empresas	Ativo		Passivo		Receita	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Celesc Geração S.A.						
Outros Créditos	1.303	1.352	-	-	-	-
Celos						
Entidade de Previdência Privada	-	-	14.538	18.113	-	-
Governo do Estado de SC						
Contas a Receber	8.710	7.673	-	-	-	-
Receita Operacional	-	-	-	-	49.889	45.226
Tributos a Recuperar - ICMS	47.688	46.491	-	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais - ICMS	-	-	45.005	47.236	-	-
Dedução da Receita - ICMS	-	-	-	-	1.334.937	1.264.560
	<u>57.701</u>	<u>55.516</u>	<u>59.543</u>	<u>65.349</u>	<u>1.384.826</u>	<u>1.309.786</u>

b) Remuneração dos Administradores

Refere-se à remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, conforme descrito a seguir:

Descrição	2012	2011
Honorários	402	1.491
Encargos Sociais	152	458
Participação nos Lucros e Resultados	103	321
Outros Gastos	41	39
	<u>698</u>	<u>2.309</u>

14. Intangível

	<u>Ativo de Concessão</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>575.589</u>
Adições	98.429
Baixas	(7.396)
Amortização	(143.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>523.590</u>
Adições	46.451
Baixas	(13.670)
Amortização	(152.039)
Transferência (a)	(40.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>363.953</u>
Custo Total	933.846
Amortização Acumulada	(569.893)

(a) Conforme a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 07 de Fevereiro de 2012 que estabeleceu as novas taxas de depreciação do Setor Elétrico, alterando a vida útil dos bens da concessão, portanto transferindo o valor de 40.719 da conta Ativo Intangível para Ativo Financeiro.

A Celesc D não identificou indícios de perda do valor recuperável dos seus ativos intangíveis.

Ativos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos da distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas.

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifaria, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do Ativo Intangível.

15. Resultado com Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos

Os saldos de Ativos e Passivos Diferidos apresentam-se como segue:

Descrição	2012	2011
Diferenças Temporárias		
Provisão para Contingências	95.119	116.921
Provisão para Perdas em Ativos	51.521	32.543
Benefícios Pós Emprego	271.453	191.646
Prejuízos Fiscais	33.745	-
Outras Adições temporárias	68.430	66.989
Outras exclusões temporárias	<u>(113.483)</u>	<u>(66.002)</u>
	<u>406.785</u>	<u>342.097</u>
Total ativo	406.785	408.099
Total passivo	<u>-</u>	<u>(66.002)</u>
	<u>406.785</u>	<u>342.097</u>

Em 2012 a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos passivos líquidos dos ativos quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há intenção da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de IRPJ e da CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	2012	2011
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	(200.345)	402.550
Aliquota nominal combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
IRPJ e CSLL	(68.117)	136.867
Adições e Exclusões Permanentes		
Juros sobre Capital Próprio – JCP	-	(25.868)
Benefício Fiscal	5.714	485
Incentivo Fiscal	689	977
Multas Indedutíveis	7.508	175
Participação dos Administradores	75	118
Outras Adições (Exclusões)	(10.555)	2.386
IRPJ e CSLL no Resultado do Período	(64.686)	115.140
Corrente	-	(107.019)
Diferido	64.686	(8.121)
	64.686	(115.140)

16. Outros Créditos

Descrição	2012	2011
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	4.331	18.164
Rendas a Receber (b)	3.887	8.626
Programa Reluz (c)	668	1.715
Pessoal a Disposição (d)	3.388	2.434
Serviços Prestados a Terceiros	339	792
Adiantamentos a Empregados	945	456
Despesas Pagas Antecipadamente (e)	2.482	2.406
Outros Créditos a Receber	11.745	5.391
Total	27.785	39.984
Circulante	25.762	38.554
Não Circulante	2.023	1.430

a) Tarifa Social de Baixa Renda

O Governo Federal, pela Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a ampliação da Tarifa Social de Baixa Renda com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Celesc D promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002 e nº 485, de 29 de agosto de 2002.



O Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse Residencial Baixa Renda será custeado por subvenção econômica conforme Lei Federal nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

A ANEEL, pelo Ofício Circular nº 155, de 24 de janeiro de 2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados, cujo saldo está assim representado:

31 de Dezembro de 2010	<u>17.047</u>
Faturamento	18.334
Amortização	(17.217)
31 de Dezembro de 2011	<u>18.164</u>
Faturamento	576
Amortização	(14.409)
31 de dezembro de 2012	<u>4.331</u>

b) Rendas a Receber

São créditos da Celesc D referentes a receitas auferidas pela concessionária, provenientes do aluguel de postes.

c) Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz

O Programa Reluz tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de Iluminação Pública nos municípios, pela substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

d) Pessoal a Disposição

São créditos da Celesc D referentes à Pessoal a Disposição da Celesc Holding, Celesc Geração S.A. e outros órgãos federais, estaduais e municipais.

e) Despesas Pagas Antecipadamente

São despesas de períodos futuros referentes a vale alimentação e vale transporte.

17. Fornecedores

Descrição	2012	2011
Energia Elétrica	573.165	273.999
Encargos de Uso da Rede Elétrica	55.048	51.698
Materiais e Serviços	69.463	69.895
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	14.785
Total Passivo Circulante	697.676	410.377

18. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	2012	2011
Empréstimos Bancários (a)	110.682	103.376
Eletrobrás (b)	189.260	151.091
Finame (c)	38.168	25.199
FIDC (d)	-	63.425
	338.110	343.091
Circulante	81.064	235.162
Não Circulante	257.046	107.929



Celesc
Distribuição S.A.

a) Empréstimos Bancários, Eletrobrás e Finame

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2010	47.300	141.850
Ingressos	-	110.527
Encargos Provisionados	20.882	21.868
Transferências	166.318	(166.318)
Amortizações de Principal	(43.492)	-
Pagamentos de Encargos	(19.269)	-
Em 31 de Dezembro de 2011	171.739	107.927
Ingressos	28.847	227.050
Encargos Provisionados	21.949	-
Transferências	77.931	(77.931)
Amortizações de Principal	(197.720)	-
Pagamentos de Encargos	(21.682)	-
Em 31 de Dezembro de 2012	81.064	257.046

Condições Contratuais dos Empréstimos e Financiamentos

Contratos	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento	Saldo a pagar (R\$ Mil)
Banco Brasil - Giro	31.10.2012	Capital de Giro	7,55 % a.a.	abr.14	110.682
Eletrobrás - ECF 0219	12.02.2008	Luz para Todos	5% a.a.	abr.20	14.991
Eletrobrás - ECF 2603	23.07.2007	Reluz	5% a.a.	out.13	45
Eletrobrás - ECF 2721	03.12.2008	Emergencial Enchentes	5% a.a.	dez.14	5.122
Eletrobrás - ECF 2734	30.03.2009	Transmissão e Subestações	5% a.a.	abr.16	70.480
Eletrobrás - ECF 2872	30.08.2010	Melhorias do Sistema	5% a.a.	fev.18	49.112
Eletrobrás - ECF 2947 - RO	09.12.2011	Renegociação Emergencial Enchentes	SELIC	dez.12	1.830
Eletrobrás - EFS 0007	27.07.2004	Luz para Todos	5% a.a.	nov.16	1.740
Eletrobrás - EFS 0096	09.09.2005	Luz para Todos	5% a.a.	nov.17	8.963
Eletrobrás - ECF 2980	20.12.2011	Melhorias do Sistema	5% a.a.	jul.19	19.860
Eletrobrás - ECF 2986	11.05.2012	Obras Linhas de Transmissão e SEs 69 e 138Kv	5% a.a.	jul.19	17.116
Finame - 522	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	jun.20	151
Finame - 523	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	jun.20	1.715
Finame - 526	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	jun.20	640
Finame - 547	28.08.2010	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	set.20	480
Finame - 548	25.08.2010	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	set.20	1.836
Finame - 620	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	7.839
Finame - 623	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	3.145
Finame - 624	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	1.330
Finame - 625	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	1.134
Finame - 626	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	1.309
Finame - 629	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	2.918
Finame - 630	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	4.982
Finame - 656	29.09.2011	Compra de Equipamentos	8,7% a.a.	out.21	1.156
Finame - 677	14.10.2011	Compra de Equipamentos	8,7% a.a.	out.21	1.029
Finame - 678	17.10.2011	Compra de Equipamentos	8,7% a.a.	nov.21	840
Finame - 726	23.07.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	2.312
Finame - 727	23.07.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	607
Finame - 728	23.07.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	892
Finame - 729	23.07.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	629
Finame - 730	08.08.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	3.225
TOTAL					338.110

Os contratos de Empréstimo e Financiamentos são garantidos pelos recebíveis da Celesc D conforme despachos de anuência emitidos pela ANEEL.

a) Empréstimos Bancários

Visando atender as necessidades da Celesc Distribuição SA., o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de Outubro de 2012 a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$110,0 milhões a taxa de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 6 (seis) meses para pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão anuídos pela ANEEL.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2010	22.928	22.542
Ingressos	-	80.000
Encargos Provisionados	9.642	-
Transferências	102.542	(102.542)
Amortizações de Principal	(22.542)	-
Pagamentos de Encargos	(9.194)	-
Em 31 de Dezembro de 2011	103.376	-
Ingressos	28.847	110.000
Encargos Provisionados	8.265	-
Transferências	36.666	(36.666)
Amortizações de Principal	(131.389)	-
Pagamentos de Encargos	(8.417)	-
Em 31 de Dezembro de 2012	37.348	73.334

b) Eletrobrás

Os Empréstimos e Financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e estão anuídos pela ANEEL.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2010	24.366	116.145
Ingressos	-	8.624
Encargos Provisionados	10.802	21.868
Transferências	63.535	(63.535)
Amortizações de Principal	(20.950)	-
Pagamentos de Encargos	(9.764)	-
Em 31 de Dezembro de 2011	67.989	83.102
Ingressos	-	104.043
Encargos Provisionados	12.020	-
Transferências	38.715	(38.715)
Amortizações de Principal	(66.090)	-
Pagamentos de Encargos	(11.804)	-
Em 31 de Dezembro de 2012	40.830	148.430

c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D, destinando-se a compra de máquinas e equipamentos. Neste caso cada aquisição de equipamento constitui um contrato. Os recursos foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 4,5% a 8,7% e suas aplicações estavam previstas para os anos 2011 e 2012. Entretanto, ainda existe saldo de recursos a ser aplicado em 2013. O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões, amortizados em 96 meses a partir de agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis e os contratos estão anuídos pela ANEEL.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2010	6	3.163
Ingressos	-	21.903
Encargos Provisionados	438	-
Transferências	241	(241)
Amortizações de Principal	-	-
Pagamentos de Encargos	(311)	-
Em 31 de Dezembro de 2011	374	24.825
Ingressos	-	13.007
Encargos Provisionados	1.664	-
Transferências	2.550	(2.550)
Amortizações de Principal	(241)	-
Pagamentos de Encargos	(1.461)	-
Em 31 de Dezembro de 2012	2.886	35.282

d) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

O FIDC é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc D ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência.

Os maiores compradores das quotas oferecidas pela Celesc D foram fundos de investimento, que adquiriram 179 quotas, somando R\$179 milhões. Os outros investidores foram entidades de previdência privada, com R\$11 milhões e uma instituição financeira, com R\$10 milhões, totalizando R\$200 milhões, captados em 2007. Cada quota foi comercializada a R\$1 milhão, no sistema *bookbuilding*, coordenado pelo BB Investimentos, em conjunto com o ABC *Banking Corporation*.

De acordo com as práticas contábeis no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

Este Fundo de Investimento em Direitos Creditórios foi totalmente liquidado em Dezembro de 2012.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2010	58.750	53.854
Encargos	10.781	-
Transferências	53.854	(53.854)
Amortizações	(59.960)	-
Em 31 de Dezembro de 2011	63.425	-
Encargos	3.392	-
Transferências	-	-
Amortizações	(66.817)	-
Em 31 de Dezembro de 2012	-	-

19. Tributos e Contribuições Sociais

Descrição	2012	2011
ICMS	45.005	47.236
PIS/COFINS	22.292	24.925
IRPJ e CSLL	1.283	13.137
INSS Parcelamento	3.150	10.522
Outros	5.910	4.925
Circulante	77.640	100.745

20. Taxas Regulamentares

Descrição	2012	2011
Circulante	122.685	174.071
Programa Eficiência Energética – PEE	24.196	55.835
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	53.329	53.921
Conta de Consumo de Combustível – CCC	12.609	23.590
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	11.542	17.971
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	17.323	15.448
Encargos do consumidor a Recolher (Lei Federal nº 12.111)	2.336	1.901
Reserva Global de Reversão – RGR	-	4.096
Taxa de Fiscalização ANEEL	930	889
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEEE	420	420
Não Circulante	189.184	147.841
Programa Eficiência Energética – PEE	132.622	103.324
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	56.562	44.517
	311.869	321.912

21. Provisão para Contingências

Nas datas destas Demonstrações Financeiras, a Celesc D apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

<u>Descrição</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>		<u>Provisões para Contingências</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contingências Tributárias	1.540	3.056	(28.262)	(11.369)
Contingências Trabalhistas	61.038	78.793	(44.797)	(108.705)
Contingências Cíveis	28.378	19.018	(316.116)	(322.096)
Contingências Regulatórias	39.778	39.438	(28.937)	(40.065)
	130.734	140.305	(418.112)	(482.235)

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Provisões para Contingências</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	482.235	140.305
Adições	53.270	28.211
Baixas	(117.393)	(37.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	418.112	130.734

Natureza das Contingências

A Celesc D é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Superintendência Jurídica da Celesc D e de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Contingências Tributárias

Estão relacionadas a contingências de ordem tributárias na esfera municipal e estadual.

Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Celesc D e das Celesc Ds prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza.

Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominados “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica, desapropriação e outras.

Contingências Regulatórias

A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

Perdas Possíveis, não Provisionadas

A Celesc D tem ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação da Superintendência Jurídica, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	2012	2011
Contingências:		
Tributárias	1.275	1.385
Trabalhistas	2.188	1.149
Cíveis	15.870	14.635
Regulatórias	15.171	9.133
	34.504	26.302

22. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	2012	2011
Planos Previdenciários	619.758	608.009
Plano Misto / Transitório (a)	619.758	608.009
Outros Benefícios a Empregados	680.659	457.694
Plano Celos Saúde (b)	306.356	351.928
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	47.070	73.254
Programa de Demissão Voluntária - PDV (d)	288.814	-
Plano Pecúlio (e)	5.375	4.679
Outros Benefícios (f)	33.044	27.833
	1.300.417	1.065.703
Circulante	130.960	115.908
Não Circulante	1.169.457	949.795
	1.300.417	1.065.703

A Celesc D é patrocinadora da Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada. Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.



A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de dezembro de 2012 a Celesc D havia quitado o débito com 870 beneficiários (780 em 31 de dezembro de 2011).

d) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012 e teve a adesão de 734 empregados.

e) Plano Peculio

Trata-se de valores de referência de indenização por morte natural ou acidental.

f) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes a Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria.

Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.146.815	738.453	101.197	89.555	-	12.024	-
Custo Inicial	-	-	-	-	-	-	27.833
Custo do Serviço Corrente	1.879	949	5.577	-	-	-	-
Juros sobre Obrigações Atuariais	117.677	74.542	8.602	7.966	-	1.253	-
Perdas (Ganhos) Atuariais	95.745	(25.836)	51.958	(1.270)	-	826	-
Benefícios Pagos	(67.912)	(64.329)	(59.295)	(32.875)	-	(232)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.294.204	723.779	108.039	63.376	-	13.871	27.833
Custo Inicial	-	-	-	-	288.814	-	-
Custo do Serviço Corrente	2.605	-	5.315	-	-	-	-
Juros sobre Obrigações Atuariais	132.541	70.971	8.109	5.285	-	1.410	2.799
Perdas (Ganhos) Atuariais	298.323	152.326	76.022	(3.423)	-	(8.697)	4.183
Benefícios Pagos	(55.123)	(48.376)	(53.214)	(30.356)	-	-	(1.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.584	33.044

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
Saldo em 31 de dezembro de 2010	845.331	334.352	27.362	-	-	6.829	-
Retorno Esperado s/ os Ativos	87.698	33.528	3.049	-	-	707	-
Perdas (Ganhos) Atuariais	74.798	(12.052)	8.821	-	-	(232)	-
Contribuições do Empregador	32.493	26.504	22.709	32.875	-	-	-
Contribuições dos Empregados	4.112	4.150	23.007	-	-	-	-
Benefícios Pagos	(67.912)	(64.329)	(59.295)	(32.875)	-	(232)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	976.520	322.153	25.653	-	-	7.072	-
Retorno Esperado s/ os Ativos	98.528	31.337	1.950	-	-	713	-
Perdas (Ganhos) Atuariais	133.350	39.921	(2.085)	-	-	877	-
Contribuições do Empregador	27.590	28.430	23.586	30.356	-	-	-
Contribuições dos Empregados	4.419	4.066	24.088	-	-	-	1.771
Benefícios Pagos	(55.123)	(48.376)	(53.214)	(30.356)	-	-	(1.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-

¹ A Celesc D utiliza o método do corredor para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais (esta política contábil é somente válida até o exercício em 31 de dezembro de 2012 – vide nota explicativa n°. 22.1 Mudanças no Pronunciamento de Benefícios a Empregados).

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
Saldo em 31 de dezembro de 2011	187.824	420.185	351.928	73.254	-	4.678	27.833
Valor Presente das Obrigações	1.294.204	723.779	108.039	63.376	-	13.871	27.833
Valor Justo dos Ativos	(976.520)	(322.153)	(25.653)	-	-	(7.072)	-
Ganhos e Perdas Não Reconhecidos ¹	(129.860)	18.559	269.542	9.878	-	(2.121)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	192.434	427.324	306.356	47.070	288.814	5.375	33.044
Valor Presente das Obrigações	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.583	33.044
Valor Justo dos Ativos	(1.185.284)	(377.531)	(19.978)	-	-	(8.662)	-
Ganhos e Perdas Não Reconhecidos ¹	(294.832)	(93.845)	182.063	12.188	-	7.454	-

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.746	37.813	(23.125)	7.966	-	546	27.833
Custos Iniciais	-	-	-	-	-	-	27.833
Custos dos Serviços Correntes	1.879	949	5.577	-	-	-	-
Juros Sobre Obrigações Atuariais	117.677	74.542	8.602	7.966	-	1.253	-
Retomo Esperado Sobre os Ativos	(87.698)	(33.528)	(3.049)	-	-	(707)	-
Contribuição dos Participantes	(4.112)	(4.150)	(23.007)	-	-	-	-
Amort. De Perdas Atuariais Líquidas	-	-	(11.248)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	32.230	35.568	(21.985)	4.105	288.814	718	2.799
Custos Iniciais	-	-	-	-	288.814	-	-
Custos dos Serviços Correntes	2.605	-	5.315	-	-	-	-
Juros Sobre Obrigações Atuariais	132.541	70.971	8.109	5.285	-	1.410	2.799
Retomo Esperado Sobre os Ativos	(98.528)	(31.337)	(1.950)	-	-	(713)	-
Contribuição dos Participantes	(4.419)	(4.066)	(24.088)	-	-	-	-
Amort. De Perdas Atuariais Líquidas	31	-	(9.371)	(1.180)	-	21	-

Hipóteses Atuariais e Econômicas

Descrição	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011
Taxa de Desconto	8,68	10,25
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	8,68	10,25
Taxa de Crescimento Salarial	5,55	5,55
Taxa de Inflação Futura	4,5	4,5
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	7,64	7,64
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos Faixa Etária	7,64	7,64
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,80	0,80
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00	0,00
Indexador de Reajuste de Salários	INPC	INPC
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	98	98
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	98	98

Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011
Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT-1949	AT-1949
Entrada em Invalidez	Ligth Média	Ligth Média

22.1. Mudanças no Pronunciamento de Benefícios a Empregados

A CVM editou a Deliberação no 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados.

Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Desta forma, a deliberação CVM no 600/2009 foi revogada.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são: a eliminação do critério do corredor e o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

A Celesc D apresenta abaixo os impactos esperados quando da adoção retroativa do referido pronunciamento em seu balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Vale ressaltar que os impactos abaixo são meramente demonstrativos e somente serão registrados quando da aplicação do referido pronunciamento para fins de comparabilidade (a partir de 1º de janeiro de 2013).

	CPC 33 – CVM 600/2009	Ajuste	CPC 33 – CVM 695/2012
Balanço Patrimonial			
Obrigações com Entidade de Previdência Privada	1.300.417	186.972	1.487.389
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-

O aumento no passivo é decorrente do registro do corredor em contrapartida a outros resultados abrangentes. Adicionalmente haverá o registro dos tributos diferidos ativos em contrapartida de um crédito na rubrica de outros resultados abrangentes.

A estimativa da despesa para o exercício de 2013 está demonstrada a seguir:

Planos	Despesa a ser reconhecida em 2013 ²
Plano transitório	43.857
Plano misto	44.996
Plano pecúlio	-180
PDVI 2002	2.156
PDVI 2012	20.978
Plano médico	13.782
Outros benefícios	2.793
	128.381

² As despesas projetadas para o próximo exercício foram apuradas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado da Celesc D é de R\$1.053.590 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.053.590 mil em 31 de dezembro de 2011) representado por 630 milhões ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Celesc D, para ser deliberado na Assembléia Geral dos Acionistas. Porém em 2012, parte do valor desta Reserva foi revertida para absorção do Prejuízo do Exercício no montante de R\$ 135.659 mil, em observância ao artigo 189 e 196 da Lei das Sociedades por Ações.

24. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2012, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros.

Ramo	Ativo Coberto	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização em R\$ Mil	Prêmio
Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2012 à 31.12.2012	52.360	8 R\$ Mil
Transporte Nacional	Transporte de Mercadorias	01.01.2012 à 31.12.2012	3.500	0,05% sobre valor dos embarques
Contrato de contra garantia - Seguro Garantia Judicial e Administrativo	Garantia de valores a serem depositados em processos judiciais/administrativos	08/11/2011 a 31/12/2012 Prorrogado até 31/12/2013	400.000	0,40% sobre importância segurada, calculada para cada apólice
Riscos Nomeados	Subestações	14/05/2012 a 13/05/2013	20.000	1.650 R\$ Mil

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Receita Operacional

Descrição	2012	2011
Receita Operacional Bruta – ROB	6.830.058	6.373.810
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.809.063	5.405.716
Suprimento de Energia Elétrica (a)	111.606	117.604
Disponibilização da Rede Elétrica	360.580	320.947
Energia de Curto Prazo	150.586	-
Outras Receitas Operacionais	60.166	51.700
Receita Financeira s/ o Ativo Indenizável	-	138.145
Receita de Construção	338.057	339.698
Deduções da Receita Operacional	(2.481.441)	(2.342.189)
ICMS	(1.334.937)	(1.264.560)
PIS	(110.258)	(99.077)
COFINS	(494.289)	(456.354)
Reserva Global de Reversão – RGR	(42.666)	(28.231)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(207.878)	(185.372)
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(239.154)	(261.355)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(20.025)	(18.010)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(19.976)	(18.010)
Outros Encargos	(12.258)	(11.220)
Receita Operacional Líquida – ROL	4.348.617	4.031.621

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MW (i)		Receita Bruta	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Residencial	1.936.800	1.870.084	4.636.738	4.407.118	1.945.343	1.812.183
Industrial	91.302	85.907	4.620.152	4.853.384	1.801.562	1.775.474
Comercial	222.281	213.588	3.268.301	2.983.779	1.391.423	1.214.603
Rural	230.123	229.109	1.173.357	1.104.602	286.443	261.172
Poder Público	19.906	18.790	374.278	357.713	165.941	146.276
Iluminação Pública	490	445	528.907	501.981	120.899	109.996
Serviço Público	2.458	2.302	295.095	274.839	97.452	86.012
Total do Fornecimento	2.503.360	2.420.225	14.896.828	14.483.416	5.809.063	5.405.716
Suprimento de Energia	47	49	1.260.283	1.307.749	111.606	117.604

(i) Informações não auditadas.

26. Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	31 de dezembro de 2012					
	Com Energia Elétrica	De Operação	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal (b)		298.602	39.497	389.418	41.443	768.960
Administradores				698		698
Passivo Atuarial				58.741		58.741
Entidade de Previdência Privada		17.607	2.218	5.490		25.315
Material		16.109	8	6.578		22.695
Serviços de Terceiros		57.022	56.759	62.683	575	177.039
Energia Elétrica Comp. Revenda (a)	2.581.153					2.581.153
Encargo de Uso da Rede Elétrica (a)	447.532					447.532
Taxa de Fiscalização ANEEL					10.872	10.872
Depreciação e Amortização		115.410		36.628		152.038
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfra (a)	98.461					98.461
Provisões			102.999		53.271	156.270
Reversão de Provisões			(7.661)		(117.392)	(125.053)
Despesa de Construção		338.057				338.057
Outras Despesas Operacionais		9.609	19.396	3.095	4.411	36.511
	3.127.146	852.416	213.216	563.331	(6.820)	4.749.289

Custos e Despesas:

31 de dezembro de 2011

Descrição	Com Energia Elétrica	De Operação	Do Serviço prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal (b)	-	293.671	-	42.193	106.723	12.657	455.244
Administradores	-	-	-	-	2.309	-	2.309
Passivo Atuarial	-	-	-	-	78.990	-	78.990
Entidade de Previdência Privada	-	17.416	-	2.413	5.867	-	25.696
Material	-	23.111	-	3	6.482	-	29.596
Serviços de Terceiros	-	46.792	11.300	56.816	60.476	618	176.002
Energia Elétrica Comp. Revenda (a)	1.837.490	-	-	-	-	-	1.837.490
Encargo de Uso da Rede Elétrica (a)	405.122	-	-	-	-	-	405.122
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	-	9.742	9.742
Depreciação e Amortização	-	116.615	-	-	26.417	-	143.032
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfra (a)	78.080	-	-	-	-	-	78.080
Provisões	-	-	-	53.724	-	40.633	94.357
Reversão de Provisões	-	-	-	(25.278)	-	(30.761)	(56.039)
Despesa de Construção	-	339.698	-	-	-	-	339.698
Outras Despesas Operacionais	-	(914)	-	35.861	(30.321)	8.656	13.282
	2.320.692	836.389	11.300	165.732	256.943	41.545	3.632.601

a) Custo Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	2012	GWh (i)	2011	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	425.155	4.471	365.544	4.500
Tractebel Energia S.A.	364.404	2.700	362.733	2.954
Furnas Centrais Elétricas S.A.	169.816	1.685	155.287	1.579
Termoelétricas Petrobrás S.A.	167.442	1.322	108.509	1.317
Cemig Geração e Transmissão S.A.	148.681	1.034	134.364	1.020
Companhia Energética de São Paulo – CESP	112.969	930	114.111	1.019
Copel Geração e Transmissão S.A.	109.519	950	118.199	1.082
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	108.143	278	19.276	277
Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	75.819	711	81.751	810
Arembepe Energia S.A.	69.542	242	17.114	241
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	66.813	242	17.116	241
Companhia Energetica Potiguar SA	48.676	134	9.724	134
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobrás CGTEE	43.561	383	52.539	232
Companhia Energética de Petrolina – CEP	41.502	200	13.885	200
Lages Bioenergética Ltda	38.339	194	35.450	193
Foz do Chapecó Energia AS	29.900	200	-	-
Companhia Energética Estreito	28.438	197	-	-
Enguia Gen BA, CE e PI Ltda - Enguia	21.929	136	4.851	153
Porto do Pecem Geração de Energia SA	20.094	210	-	-
Brentech Energia SA	16.894	51	3.331	50
Energética SUAPE II SA.	14.627	204	-	-
Serra do Facão Energia S.A.	13.969	93	-	-
Usinas Xavantes SA	12.017	37	1.223	37
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda	10.818	33	249	33
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	10.808	103	10.582	118
Açucareira Zilio Lorenzetti S.A	10.300	67	10.087	67
Centrais Eletricas Norte do Brasil	9.415	95	11.989	129
Rio PCHI SA	7.903	52	7.361	52
Outros	147.504	1.607	118.467	1.455
	2.344.996	18.561	1.773.742	17.893
Encargo de Uso da Rede Elétrica	446.900	-	406.972	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	236.790	(158)	61.898	(278)
Proinfra	98.460	422	78.080	429
	782.150	264	546.950	151
	3.127.146	18.825	2.320.692	18.044

(i) Informações não auditadas.

b) Pessoal

Descrição	2012	2011
Remunerações	231.872	232.990
Encargos Sociais	105.545	102.760
Participação nos Lucros e Resultados	10.610	16.860
Benefícios Assistênciais	28.010	26.305
Programa de Demissão Voluntária - PDV	290.382	-
Provisões e Indenizações	102.541	76.329
	768.960	455.244

27. Resultado Financeiro

Descrição	2012	2011
Receitas Financeiras	269.170	113.138
Renda de Aplicações Financeiras	16.849	23.500
Variações Monetárias	12.218	17.830
Incentivo Financeiro Fundo Social	16.800	15.600
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	56.937	47.744
Deságios Fornecedores	462	297
Desvalorização Cambial Energia Elétrica	6.115	4.872
Receita FIDC	1.366	1.450
Receita Financeira - VNR	154.266	-
Outras Receitas Financeiras	4.157	1.845
Despesas Financeiras	(68.843)	(109.607)
Encargos de Dívidas	(24.893)	(31.439)
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	(12.169)	(10.436)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(18.684)	(21.748)
Variações Monetárias	(645)	(5.218)
Outras Despesas Financeiras	(12.452)	(40.766)
	200.327	3.531



28. Eventos Subseqüentes

28.1. Empréstimos

Visando atender as necessidades da Celesc Distribuição SA., o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de Janeiro de 2013 a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89,0 milhões a taxa de 7,55% a.a. com 15 (quinze) meses de carência e 9 (nove) meses para pagamento.

28.2. Captação de Recursos para Investimentos

Em 28 de Fevereiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos no montante de R\$300,0 milhões para investimentos na Rede de Distribuição, na forma da Resolução ICVM nº 476, com a instituição financeira que ofereça garantia firme de colocação.

28.3. Revisão Tarifária Extraordinária

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1416, de 24 de Janeiro de 2013 estabeleceu o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária da Celesc Distribuição SA. Os consumidores residenciais serão favorecidos com redução de 18,48% na sua tarifa e os consumidores industriais terão redução em média de 20,03%.

Declaração dos Diretores da Celesc D

Os Diretores declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas na Demonstração Financeiras, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Clairton Belem da Silva
Diretor de Planejamento e Controle
Interno

André Luiz Rezende
Diretor de Relações com Investidores,
Controle de Participações e Novos
Negócios

José Carlos Oneda
Direto Econômico-Financeiro

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

Antônio José Linhares
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 018.996/O-8



Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Celesc D
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc D (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc D em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 21 de março de 2013.

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Celesc D, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõem o artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores KPMG Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2013, opina por unanimidade que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis (SC), 26 de março de 2013.

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Luiz Hilton Temp

Julio Sergio de Souza Cardozo

Telma Suzana Mezia